

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal Ano II - Nº 355 - Brasília, quarta-feira, 20 de novembro de 1996

Senadores debatem reforma com ministros e representantes do campo

Crise que atinge hoje o setor rural é discutida no plenário do Senado por Arlindo Porto, Raul Jungmann, dirigentes dos sem-terra e de entidades de empresários e trabalhadores



As galerias ficaram lotadas durante o debate sobre a reforma agrária, realizado ontem no plenário

Lideranças dos trabalhadores rurais sem-terra, dirigentes de entidades rurais e dois ministros - o da Reforma Agrária e o da Agricultura - debateram com os senadores ontem as soluções para a crise no campo. Promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência de Gilberto Miranda, o debate contou com a participação de diversos senadores, entre eles o autor da proposta de realização do seminário, Eduardo Suplicy. O sucesso da iniciativa levou o senador Pedro Simon a propor a realização de um segundo seminário - idéia já aceita pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Páginas 3 a 7

Para Osmar Dias, faltou ousadia à conferência de Roma

Júnia aponta risco de convulsão

A realidade mostra que o Brasil caminha para uma grande convulsão social, afirmou a senadora Júnia Marise (PDT-MG) ao elogiar as críticas de Fidel Castro às conclusões do seminário



Júnia Marise

sobre a fome, em Roma. Após manifestar sua preocupação "com os 70 milhões de brasileiros excluídos", Júnia Marise lamentou que no Brasil "o governo não tem um programa de combate à fome e ao

desemprego". Para a senadora, "a preocupação do presidente da República é com a reeleição e com a privatização da Vale do Rio Doce".

- Será que o Presidente consegue dormir tranquilo sabendo que no País existem 70 milhões de famílias passando dificuldades, e 30 milhões de crianças nas ruas expostas à violência e à delinquência? - indagou Júnia.

O senador Osmar Dias (PR) afirmou ontem que faltou ousadia aos integrantes da Conferência Mundial de Segurança Alimentar, organizada pela FAO, que reuniu 184 delegações em Roma no início desse mês. Ele considerou muito modesta a meta de somente no ano de 2015 reduzir a fome no mundo à metade dos níveis atualmente registrados.

- Isso significa que até lá 420 milhões de pessoas continuarão passando fome - disse o senador.

Osmar Dias, que participou



Osmar Dias

da conferência como representante oficial do Senado, relatou que a meta irritou especialmente o presidente de Cuba, Fidel Castro. Na avaliação do senador, o dirigente cubano protagonizou o momento mais importante do evento, pela repercussão e polêmica provocadas por suas críticas. O senador anunciou que apresentará um relatório detalhado da reunião de cúpula e leu trechos da manifestação do presidente cubano para ressaltar que as conclusões da conferência não tiveram a grandeza dela esperada.

Faltam recursos para emendas coletivas

Afirmção é do relator-geral do Orçamento, senador Carlos Bezerra, ao explicar que foi fixado valor de R\$ 1,5 milhão para atender emendas individuais dos parlamentares

O relator-geral do projeto de lei de Orçamento para 1997, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse ontem que já "não há problema" quanto às emendas individuais, porque, conforme critério estabelecido por meio das comissões setoriais, "foi fixado um valor uniforme" da ordem de R\$ 1,5 milhão para emendas de cada parlamentar.

Carlos Bezerra prevê, entretanto, dificuldades para resolver o que classificou de "problema" em relação às emen-

das coletivas, "porque envolvem um volume de **v e r b a s m u i t o g r a n d e e a m a s s a d e r e c u r s o s** de que dispomos até agora para o atendimento é muito pequena". O senador informou que está envidando todos os esforços para que o seu relatório



Romero Jucá



Marluce Pinto

esteja em condições de ser votado pela comissão até o próximo dia 4.

Já o senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que "o Orçamento vem sendo aprimorado desde o ano passado, quando já tivemos importantes conquistas com a definição e a

votação de um orçamento extremamente cristalino e transparente e pertinente com os anseios da sociedade. Agora estamos evoluindo ainda mais e esperamos que seja votado até o final do ano".

Coordenadora das comissões temáticas, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) considerou aquém das expectativas o volume fixado para as emendas individuais, e disse não acreditar que haja compensação em relação às emendas coletivas.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Durante o período destinado aos oradores da Hora do Expediente, comemoração dos 50 anos de instituição do Comitê de Imprensa do Senado Federal.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 59/96**, que dispõe sobre a condução de veículo oficial; e ***Substitutivo ao PLS nº 82/95**, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

COMISSÕES

9h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Seminário Internacional sobre a Regulação dos Serviços Públicos no Brasil do Setor Elétrico e de Telecomunicações, com a participação do presidente da comissão, senador José Agripino Maia (PFL-RN), dos ministros de Minas e Energia, Raimundo Brito, das Comunicações, Sérgio Motta, e do presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, engenheiro Jorge Luiz Gomes. *Auditório Patrônio Portella*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 41/95**, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; ***PEC nº 53/95**, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 44/95**, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao imposto sobre Propriedade Territorial Rural; ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 9/96**, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição Federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da pericia oficial; ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituíam ou aumentem impostos; ***PEC nº 320/96**, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; ***PEC nº 6/96**, que torna o voto facultativo; ***PDL nº 45/95**, que susta o Decreto nº 1.480/95 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. **Matérias terminativas:** ***PLS nº 84/95**, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); ***PLS nº 07/96**, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e ***PLS nº 13/95**, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: ***Mensagem nº 230/96**, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Paulo Enrico Maria Zaghen para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.526/96, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação **não-terminativa** do ***PLC nº 43/95**, que dispõe sobre o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima - FUNDNAV; ***PLC nº 104/95**, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; ***PLC nº 119/95**, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); ***PLS nº 198/95**, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; ***PLS nº 291/95** (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil e fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção; ***PR nº 34/96**, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e **terminativa** dos ***Substitutivo ao PLS nº 108/95** (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; ***PLS nº 28/95**, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; ***PLS nº 298/95**, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; ***PLS nº 191/96**, que altera redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, dentre outras matérias. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Especial destinada a acompanhar in loco os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista - RR

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h30 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Deliberação de convocação de depoentes, já sugeridos na comissão. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

18h - Lançamento da 2ª edição do livro *Canudos e outros temas*, de Euclides da Cunha, com a presença do senador Humberto Lucena. Na oportunidade, também será lançado o livro *Os Movimentos*, do escritor Cyl Gallindo. *Biblioteca do Senado*

REFORMA AGRÁRIA



Líder dos trabalhadores rurais presta depoimento em plenário

Senadores discutem reforma agrária com ministros e representantes rurais

Plenário transforma-se em fórum de debates promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre a questão fundiária

O plenário do Senado Federal converteu-se na manhã de ontem em um fórum de debates sobre a questão fundiária, com a participação dos ministros da Agricultura, Arlindo Porto, e da Reforma Agrária, Raul Jungmann, de lideranças dos trabalhadores sem-terra e dirigentes de entidades rurais, além de muitos senadores empenhados na discussão do tema. O simpósio, denominado "A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária", foi promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que manifestou a expectativa de que os debates pudessem proporcionar os ajustes necessários ao desenvolvimento de uma política fundiária, os expositores sugeriram soluções e responderam aos questionamentos dos senadores.

O diretor de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Sales de

Oliveira, primeiro a usar da palavra, disse que a reforma agrária deve ter não apenas o objetivo de acabar com a violência no campo, mas o de resgatar a agricultura. O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), lembrando o princípio da inviolabilidade do lar, afirmou não ser mais possível conviver-se com as invasões de terras.

Para Gilmar Mauro, representante dos sem-terra, a invasão de áreas improdutivas é consequência da inoperância oficial, sendo injustificável que exista fome

num país de tão grande dimensão. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Marcos Suplicy Hafers, considera que a improdutividade resulta, em grande parte, da falta de crédito aos agricultores.

Raul Jungmann, ministro da Reforma Agrária, disse que o presidente Fernando Henrique irá desapropriar 3 milhões de hectares e assentar 280 mil famílias até o final do governo. Já o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, prevendo uma

safra de 80 milhões de toneladas para o próximo ano, destacou que a baixa inflação conseguida com o Plano Real é garantia para os investimentos na agricultura.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor da proposta para a realização do seminário, quis saber do ministro Raul Jungmann sobre a situação em que se encontram hoje as 37 mil famílias que até maio estavam acampadas. O ministro esclareceu que já haviam sido assentadas mais de 28 mil famílias.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a realização de um novo seminário, que, partindo dos resultados do encontro de ontem, pudesse avançar na discussão do tema. A proposta foi imediatamente aceita pelo presidente da CAE.

Também debateram a questão da reforma agrária os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Ramez Tebet (PMDB-MS), Jäder Barbalho (PMDB-PA), Romeu Tuma (PSL-SP), Francisco Escórcio (PFL-MA), Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Freire (PPS-PE) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Simpósio deve indicar ajustes, diz Miranda

Na abertura da reunião, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), afirmou ontem que o simpósio sobre "A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária", que reuniu ministros, representantes dos trabalhadores rurais e dos proprietários de terras, era possível graças à democracia.

- Que os temas aqui debatidos possam direcionar rumos objetivos e ajustes necessários para que o País possa levar adiante, com sucesso, a sua política fundiária - disse ele.



Jonas Pinheiro

Jonas ressalta que proprietários querem participar

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou ontem, no decorrer do debate, que vários proprietários estão se dispondo a participar da reforma agrária, ao colocarem suas terras à disposição do programa. Ele também abordou o problema do crédito agrícola, a seu ver "um dos melhores coadjuvantes da reforma agrária, e defendeu a necessidade de se editar uma lei estabelecendo como serão utilizados os Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Por sua vez, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, afirmou que o projeto que o Executivo está enviando ao Congresso resgata uma dívida muito importante com o Programa Nacional de Reforma Agrária, que é a relacionada aos TDAs anteriores a 1992.

Simon propõe, e Miranda aceita, novo seminário para avançar no tema

REFORMA AGRÁRIA

Jungmann: Questão central é investir em tecnologia

Ministro observa que o tema já não carrega a carga ideológica de antes, pois a opinião pública tem conhecimento dos benefícios que o campo pode gerar para a cidade

Suplicy pede balanço de assentamentos

Durante o debate, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, em que situação se encontram as 37 mil famílias acampadas até maio deste ano, e dessas, quantas estão assentadas. O ministro informou que até 14 de novembro (data do último balanço preciso) já haviam sido assentadas 28.228 famílias.



Suplicy

Jungmann lembrou que, apesar da meta de assentar 35 mil famílias - assumida por Fernando Henrique - estar sendo tratada ainda como prioridade, o governo tem dado atenção maior à solução dos conflitos, nos quais, segundo ele, os assentamentos tornam-se 30% mais onerosos.

Bezerra quer medidas imediatas e o envolvimento da sociedade

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cumprimentou ontem o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, por suas colocações, mas lamentou que sua voz é "isolada".



Carlos Bezerra

- O envolvimento de toda a sociedade na questão agrária é fundamental. As empresas também devem participar da discussão e o presidente Fernando Henrique Cardoso tem que liderá-la. É preciso haver medidas imediatas e se procurar formas de explorar a terra economicamente - disse o parlamentar.

Por sua vez, o ministro

Raul Jungmann defendeu uma discussão ampla do modelo de reforma agrária. "Não é mais a época de um só modelo", disse. O ministro informou que um milhão de reais serão destinados para a criação do Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Agrário, que vai envolver todas as universidades federais, e destacou ainda que será realizado um Fórum Nacional de Reforma Agrária, que, segundo afirmou, será um espaço de discussão com os segmentos da sociedade sobre a questão da terra.

O ministro Raul Jungmann afirmou ontem, durante o simpósio promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos, que a questão central da reforma agrária não é mais o acesso à terra, mas sim o investimento em tecnologia e produtividade. Ele disse que o novo Imposto Territorial Rural vai agilizar a reforma agrária e que a meta do governo Fernando Henrique é assentar 280 mil famílias até o final de seu mandato, ou seja, 70 mil famílias/ano.

Depois de assinalar que a reforma agrária é um programa de geração de empregos, o ministro observou que o tema não carrega mais a carga ideológica de antes, estando a opinião pública sabedora dos benefícios que o campo pode gerar para a cidade, no sentido de ampliar a qualidade de vida do homem urbano.

Disse Jungmann que, com a estabilização econômica, além de uma retomada de investimentos no campo, o governo está desapropriando 10 mil hectares/dia. "Vamos chegar a 3 milhões no final do governo. O importante é acelerar o processo da reforma agrária e fazer tudo diversamente do que foi feito no passado", acentuou.

Raul Jungmann disse que o seu ministério, em conjunto com 30 universidades federais, vai realizar um censo geral para saber o estoque de terra que o Brasil tem e necessita para a efetivação da reforma agrária. Por fim, o ministro pediu aos senadores que agilizem cinco projetos essenciais para o curso da reforma agrária, tais como ações revisórias, rito sumário e a participação do Ministério Público no acompanhamento dos processos de desapropriação e assentamentos.

Terra de banco estará disponível na próxima semana

Na próxima semana, possivelmente, será disponibilizada para a reforma agrária a primeira área de banco liquidado pelo Banco Central. A informação foi dada ontem pelo ministro Raul Jungmann, em resposta a pergunta feita pelo senador Francisco Escórcio (PFL-MA).



Escórcio

O senador quis detalhes sobre a desapropriação de terras, perguntou sobre as mudanças na política agrícola que serão adotadas pelo governo e qual a área já desapropriada pelo governo que não recebeu ainda destinação. Na resposta ao

senador, o ministro Jungmann falou também sobre o grupo de trabalho que apresentará uma proposta de Cadastro Único das Ter-

ras da União.

Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) formulou ao ministro Jungmann, entre outras questões, uma pergunta sobre se o governo quer mesmo fazer a reforma agrária, já que no Orçamento para 1997 estão previstos apenas, para esse fim, R\$ 2 bilhões e 600 mi-



Ademir

lhões, enquanto para as Forças Armadas o valor destinado é de R\$ 15 bilhões e 831 milhões.

O ministro respondeu que também lamentava o valor dos recursos destinados ao programa, mas disse que houve um incremento razoável em relação à dotação orçamentária para 1996. Disse também que, com as mudanças no ITR, a arrecadação aumentará de R\$ 300 milhões para R\$ 1,5 bilhão, aproximadamente - dinheiro que irá para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

REFORMA AGRÁRIA

Campo terá mais investimento, prevê Arlindo

Inflação em baixa e financiamento oficial de R\$ 5,2 bilhões vão melhorar situação no setor rural, garante ministro ao falar no simpósio promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos

O ministro Arlindo Porto, da Agricultura, previu a retomada dos investimentos na agricultura, propiciada pela inflação baixa. Ao falar no simpósio sobre "A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária", ele informou que o governo Fernando Henrique Cardoso tem R\$ 5,2 bilhões para financiar a safra agrícola do período. A pro-

jeção que sua pasta faz para a próxima safra agrícola é de 80 milhões de toneladas.

Arlindo salientou que "o assentado de hoje será o produtor de amanhã e, enquanto o produtor tiver lucro, haverá sempre abasteci-



Arlindo Porto

mento". Observou que num país capitalista o agricultor tem que buscar sempre a lucratividade, e se tem brasileiro passando fome o ônus não pode ser debitado à agricultura. Afirmou que o ministério

que dirige tem buscado ocupar o seu espaço, acrescentando que a agricultura não é um apêndice e, sim, a essência de uma cadeia produtiva.

O ministro assinalou que a assistência que o governo vem dando aos pequenos agricultores tem resultado numa significativa melhoria na qualidade de vida.

Tebet aproveita informações em seu parecer



Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem, durante o debate em

torno da questão fundiária, que os três projetos sobre reforma agrária em tramitação na Casa, e dos quais é relator, "são caminhos para diminuir a distância que temos para uma efetiva reforma agrária, mas nunca podem ser entendidos como a solução do grande problema que aflige milhões de brasileiros".

Tebet explicou que ainda não entregou os seus pareceres porque estava esperando a realização do debate, para "tirar daqui, como estou tirando, ensinamentos que pudessem ser úteis ao aprimoramento desses projetos". Ele disse que "todos estamos irmanados na mesma luta em defesa de uma justiça social efetiva e de uma reforma agrária justa e humana para este País".

Nova reunião poderá aprofundar o debate

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs ontem a realização de uma nova reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a participação dos ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, além dos representantes dos trabalhadores e proprietários, para debater a estrutura fundiária do País. O presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), concordou com a proposta e ficou de entrar em contato com a assessoria dos ministros para marcar a data do simpósio, que também deverá ser no plenário do Senado.

Simon notou que todos os palestrantes, dos líderes do MST até os representantes dos proprietários, passando pelos dois ministros e os senadores, haviam se manifestado favorá-



Pedro Simon



Romeu Tuma

veis à reforma agrária. No entanto, para o senador, falta ao governo a mesma vontade política que ele empregou

para criar o Proer (programa de ajuda financeira aos bancos em dificuldade) para colocar em prática a reforma agrária.

Já o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que considera fundamental para o êxito das mudanças necessárias na estrutura fundiária um clima de "confiabilidade" entre as autoridades do governo e os representantes dos movimentos sociais.

- Uma das minhas grandes preocupações é o Título da Dívida Agrária. Quando dirigi a Polícia Federal, o TDA tinha um descrédito total, inclusive pela falsificação - disse Tuma.

Líder do PMDB vê a reforma como projeto econômico e social

O senador Jádor Barbalho (PMDB-PA) disse ontem que não se viabiliza a reforma agrária "por decreto", mas que "este é um projeto, antes de tudo, econômico e social".

O senador afirmou que o programa não pode ser feito "na base da invasão" e pediu que os movimentos sociais indiquem as propriedades improdutivas, reiterando que o Ministério da Reforma Agrária deve ser capaz de selecioná-las.



Jádor Barbalho

Em resposta, Raul Jungmann assinalou que as condições para que a reforma agrária se concretize já estão criadas, pois, segundo afirmou, no atual governo foram desapropriados 3 milhões de hectares. Já Arlindo Porto defendeu uma política eficiente na questão do acesso à terra e afirmou ser preciso a busca de novas tecnologias para garantir o sucesso dos assentamentos.

Cooperativas sugerem verba do Proer no campo

Os recursos destinados ao Proer poderiam gerar cerca de 4 milhões de empregos no País e resolver em grande parte o problema dos assentamentos, afirmou ontem o presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Francisco Dal'Chiavon, durante o simpósio promovido pela CAE.

Dal'Chiavon lembrou que o dinheiro aplicado no Proer poderia, inclusive, alfabetizar crianças e viabilizar o aumento do número de hectares a ser distribuído por família.

REFORMA AGRÁRIA

Empregados e patrões mostram raízes da crise

Os produtores brasileiros não são responsáveis pelas mazelas que atingem a agricultura nacional, mas as maiores vítimas da crise que atinge o setor. O ponto de vista foi defendido pelo representante da Sociedade Rural Brasileira, um dos participantes do simpósio realizado no Senado



sobre a reforma agrária. Falaram também representantes do Movimento dos Sem-Terra, da Confederação Nacional da Agricultura e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Abaixo, o resumo do ponto de vista de cada um deles.

CNA

Não é possível conviver com invasões

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antonio Ernesto Werneck de Salvo, afirmou ontem que não é possível a convivência com invasões de terras. Disse que mora numa fazenda, onde criou seus filhos e onde agora são criados seus netos, e lembrou que a Constituição prevê a inviolabilidade do lar, salvo em caso de flagrante delito, para socorro a vítimas ou com autorização judicial, durante o dia.

O dirigente da CNA disse que entendia a questão social no campo como um conjunto, onde reforma agrária, emprego e pequeno produtor formam

um tripé. Ele referiu-se, especificamente, aos 3 milhões de pequenos produtores rurais que, segundo afirmou, vivem, muitas vezes, em desesperado estado de abandono e pobreza, e sugeriu um programa de renda mínima para esses produtores.

Antonio Ernesto salientou que a adoção de uma política de geração de empregos não pode ser esquecida se se quer resolver o problema no campo. Falou sobre as dificuldades enfrentadas na agricultura brasileira, como a competição com produtos subsidiados no exterior e o aumento do preço dos insumos, e defendeu a adoção da lei de tarifas compensatórias.

CONTAG

Governo não tem um projeto claro

O diretor de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Sales de Oliveira, defendeu a necessidade de o governo apresentar um projeto que sirva não apenas para resolver os problemas da violência no campo, mas também para promover o desenvolvimento agrícola do País. Segundo o representante da Contag, o governo não expôs uma proposta clara de reforma agrária, embora fale muito sobre o tema:

- Mesmo desapropriando áreas importantes, há muita demora para a imissão na pos-

se, e onde há imissão na posse, não chega logo o crédito para o trabalhador. Há vários assentamentos em que a situação é muito difícil porque o crédito não chegou - relatou o dirigente da Contag.

Francisco Oliveira defendeu a necessidade de o Poder Executivo ter um órgão mais ágil para tratar da questão, de o Poder Judiciário "tomar posição na hora certa em benefício da democracia" e de o Senado compreender a importância da reforma agrária para a geração de empregos, para a melhor distribuição da renda e para o fim dos conflitos de terra.

MST

Política para o campo é insuficiente

João Pedro Stédile, membro do Movimento dos Sem-Terra (MST), perguntou se alguém duvida que a atual política econômica é para acabar com a agricultura. Stédile afirmou que a crise da agricultura se constitui no principal problema da sociedade brasileira. Para ele, a política agrária do governo está equivocada, porque ela não tem condições de resolver os três principais problemas do campo: a concentração fundiária, a má-utilização das terras agrícolas e a monocultura.

Já Gilmar Mauro, também do MST, considera que a opção pelos assentamentos con-

duzida pelo Incra e pelo Ministério da Agricultura "é insuficiente, porque, enquanto o governo quer fazer o assentamento de 280 mil famílias, a demanda social é muito maior".

Mauro defendeu o processo de invasão de propriedades improdutivas e disse que o agravamento do problema da terra e a inoperância oficial são os responsáveis pelas invasões. Ele entende que, quando uma pessoa derruba a cerca de uma fazenda que não produz, "ela também está derubando os preconceitos e a covardia que existe dentro dela".

SRB

Produtores são vítimas das mazelas

O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Luiz Marcos Suplicy Hafers, afirmou ontem que os produtores rurais não são os responsáveis pelas mazelas que atingem a agricultura, pois, pelo contrário, acentuou, são também vítimas da crise do setor.

Hafers também condenou as invasões das fazendas consideradas improdutivas pelo MST. Segundo o dirigente da SRB, a improdutividade de uma grande parte de terras se dá pela falta de crédito aos agricultores. Ele enfatizou que vê a pobreza atingir "nossa redondeza na imagem de

agricultores falidos que estão aumentando a população de miseráveis".

- Nós, da agricultura, somos parte da solução e não do problema - disse, lembrando que, em um ano, 80 milhões de toneladas de grãos foram produzidos pelos agricultores "com todas as adversidades" e que "a classe não pretende ser qualquer tipo de entrave para a dignidade da população pobre que vive no campo". Hafers acrescentou que os 5 milhões de agricultores e pecuaristas brasileiros aguardam recursos para tornar suas áreas mais produtivas, visando a combater a fome.

REFORMA AGRÁRIA



Dutra Freire

Freire elogia ITR e Dutra cobra projetos

Os últimos senadores a falar ontem no simpósio promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos, Roberto Freire (PE) e José Eduardo Dutra (SE), líderes do PPS e do PT, respectivamente, também cobraram a adoção de ações mais concretas em relação à implantação da reforma agrária no País.

Freire disse que o "histórico debate" sobre a questão parece não ter fim, mas ressaltou "ter gostado" do novo Imposto Territorial Rural (ITR), anunciado pelo governo. "Faz parte das propostas do futuro dessa reforma, já que sempre tratamos do passado", frisou. Disse ainda que o governo deve começar a exigir respostas de todos os setores envolvidos na negociação agrária.

Por sua vez, o líder do PT sugeriu a Jungmann que o governo cobre da sua bancada no Senado pressa para a votação de três projetos sobre reforma agrária que tramitam na Casa. "A mesma pressa que tem cobrado para aprovar matérias consideradas inadmissíveis do seu interesse", ressaltou. Os projetos estão para receber os pareceres do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e versam sobre intervenção do Ministério Público, liminares e rito sumário. Dutra apelou aos senadores para que aprovassem ontem ainda requerimento de urgência de modo a permitir que as três matérias figurem na ordem do dia de amanhã.

Emília defende nomeação de mulheres para o Supremo

Bancada feminina do Congresso Nacional pede ao presidente da República que corrija "injustiça" que perdura há 167 anos

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse ontem que a bancada feminina do Congresso Nacional está encaminhando ao presidente Fernando Henrique Cardoso um abaixo-assinado sugerindo a indicação de uma mulher para o cargo de juíza do Supremo Tribunal Federal. Ela afirmou que essa seria a maneira de se corrigir uma injustiça que perdura há 167 anos.

- Uma mulher no STF é um atestado objetivo de maturidade do País, da sociedade brasileira e, acima de tudo, dos seus magistrados e dirigentes - afirmou a senadora. A bancada feminina espera a indicação de



Emília Fernandes

uma juíza para o STF, dentre muitas juízas reconhecidas competentes que temos em nosso País.

O abaixo-assinado da bancada feminina no Congresso pede que sejam indicadas mulheres juristas para as vagas que forem sendo abertas nos tribunais superiores do País, para que se chegue ao cumpri-

mento do preceito constitucional da igualdade e se resgate o déficit histórico da participação feminina nas instâncias decisórias.

Segundo Emília Fernandes, atualmente, a relação comparativa da participação de homens e mulheres no Judiciário expressa a desigualdade existente e a urgência de corrigir esta situação. A senadora lembrou que, em 1995, a delegação brasileira em Beijing endossou a Plataforma de Ação Mundial, que inclui, entre outros pontos, o fortalecimento da presença feminina em todos os âmbitos da vida pública, inclusive no Judiciário.

Dutra anuncia recurso do PT contra Odacir

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), anunciou ontem em plenário que o partido encaminhou representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa contra o senador Odacir Soares (PFL-RO) que, como primeiro-secretário, teria promovido "retardamento proposital" no encaminhamento de documento oriundo do Ministério da Fazenda contendo informações solicitadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na representação, encaminhada ao presidente do Senado, José Sarney, o PT requer o seguinte:

"a) A acolhida da presente ação, nos termos do art. 13 da Resolução nº 20/93, de processo disciplinar de apuração de responsabilidade contra omissão deliberada e intencional do sr. senador Odacir Soares remeter ao senador Eduardo Suplicy documentos e resposta oferecida pelo sr. ministro da Fazenda ao Requerimento de Informações nº 949, de 8 de

outubro de 1996.

"b) O encaminhamento desta Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do art. 14 da Resolução nº 20/93, para que promova as diligências e instruções que entender necessárias e profira parecer, conforme art. 15 da Reso-

lução nº 20/93.

"c) A aplicação, ao sr. senador Odacir Soares, constatada a veracidade dos fatos supranarrados, da sanção cabível dentre as estabelecidas pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar instituído pela Resolução nº 20/93."

Miranda e Lobão criticam iniciativa

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) lamentou que o PT tenha entrado com representação contra o senador Odacir Soares, argumentando que o atraso em nada teria prejudicado o senador Eduardo Suplicy ou os interesses do partido.

Em resposta, Dutra sustentou que a iniciativa do PT foi tomada com base em dispositivo constitucional e não que determina o próprio Regimento Interno do Senado.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também lamentou a iniciativa do PT e dirigiu apelo ao presidente da

Casa para determinar o arquivamento da representação, "por falta de objeto". Lobão disse que, "além de injusta, a atitude demonstra o caráter autoritário do PT" contra um ato que não teria sido cometido.

Segundo Lobão, "outra alternativa seria abrir representação contra o senador Eduardo Suplicy" que teria sustentado uma sessão sem o quorum mínimo.

Suplicy observou que Lobão "deveria considerar que o Senado sempre realizou sessão com presença de senadores menor que o estabelecido regimentalmente".

Coleções vão homenagear grandes vultos

O plenário aprovou ontem projeto de resolução criando duas coleções a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, intituladas "Grandes Vultos que Honram o Senado" e "História Constitucional Brasileira". As edições poderão homenagear, *post mortem*, no máximo três ex-senadores a cada ano, selecionados entre "personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar".

Os nomes dos homenageados poderão ser sugeridos à Mesa por qualquer senador, podendo recair sobre personalidade que compôs o Senado desde sua instalação, em 6 de maio de 1826. A coleção "História Constitucional Brasileira" será composta por obras editadas ou reeditadas que sejam relevantes para a compreensão da trajetória política do País.

Edição marca 90 anos de Os Sertões

Será lançado hoje, às 18h, na Biblioteca do Senado, a segunda edição do livro *Canudos e outros temas*, de autoria de Euclides da Cunha. Esta nova edição, com apresentação do escritor Cyl Gallindo, é comemorativa dos 90 anos de *Os Sertões*.

O livro, co-editado pelo Centro Gráfico do Senado, Gabinete Editora e Casa de Pernambuco em Brasília, contém a série de reportagens intituladas "Canudos - diário de uma expedição", que deram origem a *Os Sertões*, trabalhos sobre outros temas e duas cartas de Euclides, uma endereçada a Joaquim Nabuco e a outra, a Oliveira Lima.

Na oportunidade, haverá também o lançamento do livro *Os Movimentos*, de autoria de Cyl Gallindo.

Cafeteira defende o PPB das críticas de Sérgio Motta

Declarações contra os correligionários do prefeito de São Paulo, segundo o senador, atingem até ministro Francisco Dornelles

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) afirmou ontem que as críticas do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, ao prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, atingem a todos os integrantes do Partido Progressista Brasileiro, inclusive seu colega de ministério Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em entrevista divulgada nesta terça-feira, o ministro das Comunicações afirma que "os que

apóiam o atual prefeito de São Paulo, filiado ao PPB, são lideranças velhas e ultrapassadas".

Para o senador, Sérgio Motta passa a idéia de que, além de sócio do presidente Fernando Henrique Cardoso em uma fazenda, também pretende ser seu sócio no comando do País.

Epitácio Cafeteira acentuou



Epitácio Cafeteira

que as críticas de Sérgio Motta a Paulo Maluf agridem adversários e correligionários do governo. No entanto, essas críticas não provocarão a divisão dentro do PPB, porque o ministro Francisco Dornelles,

o senador Esperidião Amin e os demais integrantes do partido seguem a liderança de Paulo Maluf, salientou.

PMDB ainda é o grande partido nacional, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que o PMDB foi o grande vencedor nas eleições municipais de 3 de outubro, apesar das crises que têm marcado a sua história recente. Ele informou que seu partido teve 1.288 prefeitos eleitos em todo o País e assegurou o poder em mais seis capitais estaduais.

- O PMDB ainda é o maior



Mauro Miranda

rostro político da maioria do povo brasileiro e ainda são do partido as credenciais para ditar os rumos das grandes decisões nacionais - disse.

Na opinião do senador, a realidade de hoje exige nova visão histórica para trabalhar na direção do grande salto e buscar um projeto nacional afinado com os interesses populares.

Ademir anuncia luta do PSB contra a reeleição

"O PSB não medirá esforços para impedir que o presidente Fernando Henrique Cardoso seja reeleito", declarou ontem em discurso o senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB. Ele afirmou que a entrevista dada à imprensa pelo deputado Fernando Lyra, que concordou com a tese da reeleição, foi "uma opinião pessoal do deputado e não reflete o que pensa o partido e seu presidente, o governador Miguel Arraes".

Depois de afirmar que o PSB foi o partido "que talvez

tenha apresentado o maior crescimento nas eleições municipais deste ano", Ademir Andrade disse que o partido conquistou 151 prefeituras em todo o País e cerca de 180 vice-prefeituras.

O senador leu trechos de entrevista dada ao jornal *Folha de S. Paulo* por Miguel Arraes, publicada ontem, na qual o governador de Pernambuco assinala que a performance do PSB nas eleições municipais "torna o partido uma força política nacional".

Freire protesta contra exclusão de universidade

O senador Roberto Freire (PPS-PE) encaminhou ontem ofício ao ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, pedindo que os projetos apresentados pelas universidades nordestinas possam ser submetidos a análise objetiva e técnica ao invés de serem automaticamente recusados. Sua decisão foi motivada pela exclusão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), que ele considerou uma atitude inadmissível que põe em risco o princípio constitucional de igualdade federativa.

O senador relatou ter sido informado pelo reitor da UFPE que a decisão de excluir essa universidade do Pronex coube a uma comissão coordenada pelo secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia e composta pelos presidentes da Finep, CNPq, Capes, representantes das fundações de amparo à pesquisa de São Paulo e Rio Grande do Sul e mais três membros indicados pelo ministério.

Semana da Consciência Negra começa com Jesse Jackson

Líder norte-americano fala sobre sonho e oportunidades que o regime democrático deve oferecer às minorias raciais

Sob a presidência da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), o Senado abriu ontem a Semana da Consciência Negra, numa solenidade em que o reverendo Jesse Jackson, líder negro e ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, discursou sobre as oportunidades que o regime democrático deve oferecer às minorias raciais.

- Nas democracias, todos temos o direito de sonhar. Eu sou filho de mãe adolescente e um dia disputei a convenção do Partido Democrata para candidatar-me à presidência



Benedita da Silva

dos Estados Unidos. Nas democracias, mesmo os meninos de rua têm direito ao sonho. Um dia, eles também podem chegar à Presidência. Por isso, vamos ter muito cuidado sobre como tratamos nossas crianças - afirmou Jackson.

Referindo-se à chegada do Natal, o reverendo disse que Cristo nasceu em defesa das

crianças de rua. "Era filho de mãe adolescente e nasceu sob ameaça de morte. Seus pais não tinham direito a voto e um dia ele se tornou rei dos reis." Jackson ressaltou que, se as minorias raciais e as crianças de rua puderem ser educadas e preparadas para exercer uma profissão, "todos serão vencedores".

Na abertura da solenidade, no Auditório Petrônio Portella, Benedita da Silva disse que hoje (dia 20) celebram-se os 301 anos da morte de Zumbi dos Palmares, daí por que a data foi classificada como o Dia da Consciência Negra.

Benedita destaca aproximação Brasil-EUA

A senadora Benedita da Silva registrou ontem, em plenário, a visita do senador norte-americano Jesse Jackson ao Congresso Nacional, afirmando que a sua presença no País contribuiu para uma maior aproximação entre Brasil e

EUA na troca de experiências a respeito das relações raciais de ambas as nações.

- Jesse Jackson tem sido também uma das maiores forças do movimento trabalhista dos Estados Unidos, organizando trabalhadores e mediando nego-

ciações sindicais. No plano internacional, ele foi figura central nas lutas contra o *apartheid* na África do Sul e teve participação no processo de emancipação da Namíbia e de Angola - lembrou a senadora.

Sessão para o Dia de Zumbi, no Senado

A primeira parte da sessão do Senado de amanhã será destinada a homenagear o "Dia de Zumbi", conforme requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) aprovado pelos senadores. Na mesma sessão, a pedido dos senadores Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Ademir Andrade (PSB-PA), será prestada homenagem aos 50 anos do jornal *O Liberal*, de Belém.

Em defesa das minorias

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem em audiência o reverendo Jesse Jackson, um dos maiores líderes do movimento negro nos Estados Unidos, em visita oficial ao Brasil para participar das comemorações, hoje, do Dia de Zumbi dos Palmares.

Jackson ressaltou os grandes laços que unem brasileiros e norte-americanos, e elogiou o papel desempenhado por Sarney na busca da superação dos problemas da população negra no Brasil, em especial com a criação da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura.

Sarney cumprimentou Jackson pelo seu trabalho em



Jesse Jackson

defesa dos direitos das minorias, e lembrou a importância da contribuição negra para a cultura popular no Brasil, que se reflete especialmente na alegria do povo brasileiro e em seu espírito de boa convivência.

O reverendo pronunciou, na tarde de ontem, a palestra de abertura da Semana da Consciência Negra, e sua programação no Brasil inclui também visitas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.



Hugo Batalla

Vice-presidente do Uruguai visita o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o vice-presidente do Uruguai, Hugo Batalla, que está no País a convite do vice-presidente Marco Maciel, para estreitar o intercâmbio do Mercosul, e particularmente as relações uruguaias com os estados do Nordeste.

A comitiva começará suas visitas pelo Maranhão, e o vice Hugo Batalla, que também é senador, aproveitou o encontro de ontem para recordar a fraternidade que marcam as relações do presidente Sarney com os parlamentares uruguaios. O senador João França (PMDB-RR) participou da recepção ao vice-presidente.

Sarney recebeu ainda a visita de dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias e coordenador de diversas iniciativas de combate à fome. O religioso veio agradecer o apoio do Senado às solenidades do Dia Mundial da Alimentação, notadamente a realização de uma sessão solene pela Casa.



O senador João França (PMDB/RR), representando o Senado Federal, hasteou, ao meio-dia de ontem, o *Pavilhão Nacional*, em comemoração ao Dia da Bandeira.

Nobel da Paz espera apoio ao Timor Leste

Jornalista José Ramos Horta afirma em palestra no Senado que o prêmio a ele concedido deve ser entendido como um tributo a todos os povos de língua portuguesa

Suplicy diz que o Brasil deve reparar omissão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que, nos 21 anos de ocupação do Timor Leste pela Indonésia, o governo brasileiro limitou-se a acompanhar formalmente as inócuas votações de condenação das Nações Unidas, em omissão indesculpável que, segundo o parlamentar, precisa ser reparada daqui para a frente.

Ele ressaltou que o presidente do Congresso, senador José Sarney, foi designado por Fernando Henrique Cardoso como seu representante oficial na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz de 1996 às duas lideranças timorenses, José Ramos Horta e Carlos Ximenes Belo, em Oslo, no dia 10 de dezembro.

- Que seja este um forte sinal de mudança e o começo de uma caminhada que culmine com a consecução do plano de paz para a libertação do Timor Leste - afirmou, lamentando ter sido preciso que o Prêmio Nobel fosse conferido aos dois líderes timorenses para que a opinião pública brasileira tomasse conhecimento do drama da ex-colônia portuguesa.

Na presidência dos trabalhos, o senador Levy Dias (PPB-MS) desejou boas-vindas a José Ramos Horta, presente no plenário.

O senador destacou a opinião de Noam Chomsky, para quem a ocupação do Timor Leste é um dos maiores crimes do século, "algo próximo a um genocídio". Ele também referiu-se às memórias de Daniel Patrick Moynihan, embaixador dos EUA na ONU durante a invasão da Indonésia ao Timor Leste, em 1975, segundo o qual nada menos que 10% da população foram mortos em poucos meses de ocupação.

O jornalista José Ramos Horta afirmou ontem que o Prêmio Nobel da Paz, que receberá juntamente com o bispo Carlos Ximenes Belo, deve ser entendido como um tributo a todos os povos lusófonos, que partilham com o Timor Leste a mesma história, cultura e língua nacional. Ele integrou a mesa de abertura da Semana da Consciência Negra, iniciada ontem no Auditório

Petrônio Portella, e disse esperar que o Brasil assumira o Timor Leste não só como país independente, mas também como um projeto de Estado.

Nos 21 anos de luta do Timor Leste pela independência do jugo colonial da Indonésia, frisou José Ramos Horta, a ex-colônia portuguesa recebeu a solidariedade da África do Sul de Nelson Mandela, de Angola, Cabo Verde, Moçambique,

Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Portugal, especialmente, defendeu com dignidade o direito de autodeterminação dos timorenses, disse.

A luta do povo do Timor Leste, para José Ramos Horta, supõe e abrange a solidariedade entre todos os povos, de modo que ela não se dissocie das lutas de libertação desenvolvidas pela Birmânia e pelo Tibete.



O presidente do Senado recebe o Prêmio Nobel da Paz de 1996

Sarney solidariza-se com movimento de libertação

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 96, jornalista Ramos Horta, e aproveitou a oportunidade para solidarizar-se com o movimento pela libertação do Timor Leste, atualmente uma província da Indonésia.

Depois de lembrar que em 1985, na condição de presidente da República e por ocasião da sessão de abertura da Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), teve a oportunidade de proclamar o apoio do Brasil à solução do problema do Timor Leste, Sarney

considerou aquele conflito como "mais uma das guerras perdidas e esquecidas pelo mundo, que são herança da guerra fria".

A defesa da cultura e da língua portuguesas, segundo Sarney, colocam naturalmente o Brasil na linha de frente das gestões para encontrar uma solução para a independência do Timor Leste. Ele considerou "excepcional" a decisão das autoridades indonésias de proibir o ensino do idioma português na região. O presidente do Senado lamentou, ainda, que as grandes potências tenham esquecido de colaborar para o fim dos conflitos como a guerra de

Angola e a invasão do Timor Leste.

O jornalista e escritor José Ramos Horta agradeceu a solidariedade de Sarney ao movimento pela libertação de seu país e manifestou particular satisfação com a informação recebida do presidente Fernando Henrique Cardoso, dando conta da indicação do presidente do Senado para representar o País na solenidade de entrega dos prêmios Nobel, dia 10 de dezembro, em Oslo (Noruega). Sarney confirmou a presença e aproveitou a oportunidade para trocar livros com o visitante.

Requião: Cassaram 2,5 milhões de eleitores

Senador comunica que o TRE do Paraná cassou seu mandato, em decisão que pode ser reformada pelo Tribunal Superior Eleitoral, e diz que não se intimida com ameaças

"Não me intimido com ameaças e prefiro perder o cargo público a exercê-lo covardemente", afirmou ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao comunicar ao plenário que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná cassou seu mandato, numa decisão de primeira instância que ainda poderá ser reformada pelo Tribunal Superior Eleitoral. O parlamentar disse que seus 2,5 milhões de eleitores é que foram cassados.

Ao narrar os fatos, ele disse que, sob a alegação de que praticara abuso de poder econômico quando governador do Estado, o TRE paranaense anulou 72% dos votos válidos para as

vagas de senadores do seu estado. O tribunal teria arrolado os seguintes fatos para caracterizar esse abuso: um programa semanal de televisão, chamado "Conversa franca com o governador"; a publicação oficial de um livro chamado "Há um outro caminho"; uma carta pedindo a correntistas do Banestado que concentrassem seus negócios no banco para ajudar os programas sociais do governo; e a publicação de um livro apresentando o novo sistema previdenciário para os funcionários do estado.

Requião lembrou que esse mesmo tribunal anulou os votos



Roberto Requião

de sua eleição para governador, numa decisão prontamente reformada pelo TSE. Ele reconheceu que teve um governo de confronto com o Judiciário, mas destacou que foi o único governador que pagou os precatórios em dia. Disse também que jamais obteve vantagens pessoais

como governador do Paraná, de onde saiu com o mesmo patrimônio com que entrou.

- Porque exerci o governo com dignidade e fui duro contra todos os que tentavam conspirá-lo, porque agi com firmeza contra todas as tentativas de aumentos salariais sem leis e contra a lei orçamentária do estado, acabei por me confrontar com os juízes estaduais - afirmou Requião.

O senador explicou que foram tipicamente governamentais as ações arroladas pelo Tribunal para atribuir-lhe abuso de poder econômico. "Faz parte do exercício de mandato executivo a comunicação com o povo que o elegeram".

Plenário presta solidariedade ao senador

A maioria dos senadores manifestou-se espantada com a informação de que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. "Mais do que surpreso, fiquei sem saber como isso podia ter acontecido, um senador ser atingido por medida tão brutal, sem direito de defesa", disse o presidente da Casa, José Sarney, sem entender como o TRE pôde tomar essa decisão sem comunicá-la ao Senado. Segue um resumo das manifestações de solidariedade do plenário:

Bernardo Cabral (PFL-AM): "Não é possível que a visibilidade do governo e de suas obras seja considerado abuso. Seguramente o TSE reformará essa decisão".

Josaphat Marinho (PFL-BA): "Não é possível que o TSE mantenha decisão dessa natureza - cassar um mandato como se os votos populares pudessem desaparecer diante da vontade arbitrária de algum juiz".

Jefferson Peres (PSDB-AM): "Não houve respeito ao princípio do contraditório. Vamos aguardar a reforma dessa decisão esdrúxula".

Eduardo Suplicy (PT-SP): "Falando também em nome do PT, a pedido do líder Eduardo Dutra (SE), quero apresentar meu testemunho da luta e procedimento ético com que V. Exa se conduz nesta Casa".

José Roberto Arruda (PSDB-DF): "Não é o caso de prestar solidariedade a V. Exa, mas ao povo do Paraná. V. Exa tem honrado o mandato".

Francelino Pereira (PFL-MG): "Estamos estarecidos, pois somos formados no pressuposto da absoluta isenção da magistratura. Em nome da liderança do PFL, somos inteiramente solidários a V. Exa."

Andrade Vieira (PTB-PR): "Não poderia deixar de testemunhar a lisura com que V. Exa sempre defendeu os interesses do estado e a ética".

Pedro Simon (PMDB-RS): "A dignidade e a honra de V. Exa. são do conhecimento do Brasil inteiro. Os fatos deixam esses juízes muito mal. A biografia deles é que ficará

mal".

Osmar Dias (PR): "Vencemos as eleições e essas vitórias evidentemente não trouxeram satisfação para todos. As manifestações de solidariedade aqui expressas são ações espontâneas".

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): "Todos nós concordamos no entendimento de que o TSE vai corrigir essa grande injustiça perpetrada contra V. Exa."

Ramez Tebet (PMDB-MS): "Não será muito abuso passar tanto tempo para decidir um processo? Será que essa decisão não é um atentado contra o Congresso?"

Iris Rezende (PMDB-GO): "Solidarizo-me com V. Exa, porque tudo nos leva a crer que esse julgamento foi um profundo desrespeito ao Senado e ao mundo político brasileiro".

Gilberto Miranda: "Toda a Nação verá V. Exa. exercer seu mandato por seis anos. Não vai ser o TRE que vai cassar a vontade de 2,5 milhões de eleitores".

Mauro Miranda (PMDB-GO): "Dou meu testemunho

do caráter, ética e dignidade de V. Exa. Se conduzem um processo nessas condições contra V. Exa. imagino o que não fazem com o povo humilde".

Edison Lobão: "A atitude desse Tribunal é um ato de vingança insuportável. O Senado tem o dever de defender seu mandato. E essa decisão do TRE é uma inspiração para que se pense no controle externo do Judiciário".

Fernando Bezerra (PMDB-RN): "Quero me solidarizar com V. Exa. e repudiar a violência de que é vítima com essa decisão".

Humberto Lucena (PMDB-PB): "Em nome da Paraíba, apresento minha integral solidariedade a V. Exa., manifestando também meu espanto neste momento em que é submetido a tamanha injustiça".

Marina Silva (PT-AC): "Acredito que V. Exa. deve estar sendo vítima de um ato de vingança. Admiro suas posições, entre elas as manifestadas sobre o projeto Sivam e sobre a Lei de Patentes".

Oposição poderá convocar rede de rádio e TV

Partidos deverão manifestar seu ponto de vista sobre temas tratados pelo presidente da República, de acordo com projeto que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação

Em nome da Comissão de Educação, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem, em plenário, parecer favorável a projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que permite às oposições no Congresso Nacional pedir a convocação de redes de rádio e televisão toda vez que o presidente da República usar esses meios de comunicação para falar ao País.

Pelo projeto, as oposições

poderão solicitar ao presidente do Senado que envie à Presidência da República o pedido de convocação das redes. Assim, elas manifestarão aos ouvintes e telespectadores o pensamento dos partidos que representam sobre o assunto tratado pelo presidente da República.

Em seu parecer, Roberto Requião alerta, no entanto, que a convocação nunca poderá ser uma iniciativa exclusiva das

oposições, mas sim precedida do pronunciamento do presidente da República. Ao justificar o projeto, Eduardo Suplicy afirma que o uso a qualquer tempo de redes de rádio e TV pelo presidente da República "é um resquício autoritário dos tempos anteriores à atual democratização das relações sociais".

O projeto ficará agora por cinco dias em plenário para receber emendas dos senadores.

Sergipe pode emitir títulos para rolar dívida

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo de Sergipe a emitir letras financeiras do estado, destinando-se os recursos à rolagem de 100% da dívida mobiliária estadual com vencimento marcado para este segundo semestre. A emissão dos títulos deve somar cerca de R\$ 100 milhões.

O parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos foi lido em plenário pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) e contou com o apoio dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Júnia Marise (PDT-MG) e Francelino Pereira (PFL-MG). O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) alertou que se tratava de uma operação que permitirá o aumento da dívida estadual. Assim, na opinião de Kleinübing, a aprovação seria um ato inconstitucional.

Odacir: Programa de demissão é inteligente

O senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que o Programa de Demissão Voluntária proposto pelo Executivo "é um procedimento inteligente, pois não viola a estabilidade dos servidores públicos, nem abrange os que trabalham em setores estratégicos, mas estimula justamente a saída daqueles funcionários que atuam em áreas onde há excesso de quadros".

Odacir refutou o jornalista Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, que, conforme o senador, supôs, em sua coluna do último dia 13, que o governo não consideraria os adicionais como parte integrante dos vencimentos que serviriam de base para o cálculo das compensações.

Segundo o senador, a medida provisória que regula a matéria é clara quando, o ar-



Odacir Soares

tigo 5º, define como remuneração mensal a soma do vencimento básico, das vantagens permanentes relativas ao cargo e dos adicionais de caráter individual, além das demais vantagens percebidas com regularidade nos últimos seis meses pelo servidor.

Para Odacir, a exclusão, no cálculo da indenização, de adi-

cionais como diárias, ajuda de custo e indenização de transporte, entre outros, é plenamente compreensível, já que esses pagamentos são devidos circunstancialmente aos servidores, "em razão de um evento que não se repete todos os meses".

O senador também considera razoável que o governo, para desestimular a saída de funcionários mais bem preparados, tenha excluído do cálculo das indenizações a retribuição pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento.

- Ao contrário do que afirmou o jornalista Jânio de Freitas, não conseguiu vislumbrar na medida provisória que instituiu o Programa de Demissão Voluntária nenhum truque destinado a enganar os servidores - garantiu.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY E LEVY DIAS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal